ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Relatório de Audiência

Dia: 24 de junho de 2014 **Hora:** 15h00 **N.º 116/XII (3.ª)**

ENTIDADE: Lídia Oliveira – ex-membro da Comissão Sindical e ex-delegada sindical da Loja de Corroios da Moviflor (acompanhada por seis trabalhadores despedidos)

ASSUNTO: Pedido de audiência para dar a conhecer a situação dos trabalhadores da Moviflor.

Recebidos pelos Deputados Maria das Mercês Borges, Clara Marques Mendes, João Figueiredo e Nuno Filipe Matias (PSD), João Paulo Pedrosa (PS), Bruno Dias (PCP) e Mariana Aiveca (BE)

A audiência foi gravada em suporte áudio e pode ser consultada no seguinte link: http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudiencia.aspx?BID=97572

Os requerentes agradeceram a realização da audiência e fizeram junção de um documento explicativo da situação atual no que diz respeito aos trabalhadores despedidos da Moviflor, que pode ser consultado no link supra identificado.

O Deputado Bruno Dias (PCP) cumprimentou a delegação com uma saudação calorosa, valorizando a respetiva presença. Lembrou que o GP do PCP apresentou várias perguntas sobre a situação descrita ao Ministro da Economia e ao Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, único que respondeu. Assegurou que, ainda que de acordo com informação prestada pela ACT, não haja qualquer regra que esteja a ser desrespeitada, o GP do PCP continuará a acompanhar a situação e a intervir sempre que considere necessário.

Também a Deputada Mariana Aiveca (BE), depois de saudar o grupo de trabalhadores presentes, confirmou que também o GP do BE tem acompanhado o processo e que apresentou perguntas aos membros do governo citados. Propôs que aqueles membros do Executivo fossem questionados pela Comissão de Segurança Social e Trabalho.

O Deputado Nuno Filipe Matias (PSD), depois de endereçar um cumprimento especial aos presentes,

salientou que importa saber de que forma está a decorrer o PER e qual a intervenção dos trabalhadores. Lembrou que a Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, que alterou o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização, abriu caminho para que as empresas em dificuldades pudessem recuperar. Quis saber que contactos os trabalhadores têm tido a nível institucional e associou-se à proposta apresentada pela Deputada Mariana Aiveca.

O Deputado João Paulo Pedrosa (PS) cumprimentou os trabalhadores presentes, disse que o GP do PS acompanha a situação que envolve cerca de 1100 trabalhadores e que, tendo questionado o Governo, obteve respostas por parte do Ministério da Economia e do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Não obstante, quis saber que aspetos não estão a ser cumpridos.

Em resposta, foi dito que o PER assentava no financiamento de alguns bancos com base em bens imóveis da empresa, desconhecendo os trabalhadores de que forma decorre a negociação com a banca. Terão sido informados de que não foi concedido financiamento e que será essa a razão por que a Moviflor não pagou o mês de janeiro e se verificam seis meses de carência. Informaram que foram alertados para a realização da assembleia de credores a 13 de agosto de 2013, na qual foi apresentado um esboço do PER e que têm procurado manter uma porta aberta com a empresa.

Foi deliberado questionar não só o Ministro da Economia bem como o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social sobre o Processo Especial de Revitalização (PER) aprovado, que não estará a ser cumprido, chamando a atenção para as consequências da ausência de salários e das exigências por parte da Segurança Social, que estará a exigir aos trabalhadores que suspenderam o contrato de trabalho por falta de pagamento a devolução de valores pagos no pressuposto de que a empresa os pagou em virtude de o PER ter sido homologado em dezembro de 2013, embora isso não tenha sucedido.

Faz-se igualmente menção das perguntas que os Grupos Parlamentares do PS, PCP e BE apresentaram durante a presente Legislatura e das respetivas respostas.

Tipo	N.º	Título	Data
Pergunta	1102/XII/3.ª Mariana Aiveca BE	Abusos laborais sistemáticos na MOVIFLOR	2014-02-19
Pergunta	1041/XII/3.ª Paula Santos PCP	Despedimento coletivo na Moviflor	2014-02-12
Pergunta	905/XII/3.ª Nuno Sá PS	Moviflor	2014-02-07

Pergunta	904/XII/3.ª Nuno Sá PS	Moviflor	2014-02-07
Pergunta	903/XII/3.ª Nuno Sá PS	Moviflor	2014-02-07
Pergunta	900/XII/3.ª Nuno Sá PS	Moviflor	2014-02-07
Pergunta	716/XII/3.ª Paula Santos PCP	Situação dos trabalhadores da Moviflor	2014-01-15
Pergunta	714/XII/3.ª Paula Santos PCP	Situação dos trabalhadores da Moviflor	2014-01-15
Pergunta	485/XII/3.ª Paulo Sá PCP	Salários em atraso na loja da Moviflor em Olhão	2013-12-11
Pergunta	2477/XII/2.ª Carla Cruz PCP	Situação Laboral na Loja da Moviflor em Braga	2013-07-03
Pergunta	1010/XII/2.ª Mariana Aiveca BE	Vencimentos em atraso na Moviflor	2013-01-22
Pergunta	954/XII/2.ª Jorge Machado PCP	Salários em atraso na empresa Moviflor	2013-01-16
Pergunta	526/XII/2.ª Agostinho Lopes PCP	Encerramento da loja da Moviflor em Chaves	2012-11-14
Pergunta	1533/XII/1.ª Agostinho Lopes PCP	Despedimento Colectivo na MOVIFLOR, Ribeirão, Vila Nova de Famalicão	2012-01-04

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) informou que, após a elaboração do relatório daquela audiência, o mesmo será presente à Comissão para conhecimento.

Palácio de São Bento, em 21 de julho de 2014.

A COORDENADORA,

(Maria das Mercês Borges)

Susana Fazenda

De: lydia_oliv@sapo.pt
Enviado: domingo, 3 de Agosto de 2014 19:41
Para: Bravo Nico; Comissão 1ª - CACDLG XII; Comissão 10ª - CSST XII; Mariana Mortágua; Nuno Magalhães; GABPAR Correio; Diana Simões; Bravo Nico; João Neves; Catarina Martins; Helder Amaral; Jorge Machado; Cristiano Coelho; PCP; Diana Simões; anabela.laranjeira@cgtp.pt; GABPAR Correio; Helder Amaral; João Neves; Jorge Machado; Nuno Magalhães
Assunto: OS DESMANDOS DA MOVIFLOR

Exmo(a).s Snr(a)s Deputado(a)s...

A MOVIFLOR prepara-se para levar a efeito mais um ataque aos trabalhadores.

Não lhe bastando não cumprir com o estipulado no PER, homologado desde Dezembro 2013. Não lhe bastando ter continuado a falhar o pagamento dos vencimentos, após a homologação do PER tendo acrescentado, neste momento e à divida vencida até Dezembro 2013, mais quase quatro meses (faltam Janeiro+25% de Maio+Junho+Julho 2014). Não lhe bastando ter levado a efeito um despedimento colectivo baseado no número da faltas justificadas dadas num determinado período aleatório. Não lhe bastando manter abertas as portas sem que haja qualquer actividade, principalmente desde o início do corrente ano..

Decidiu, agora, face às inúmeras entregas de cartas de suspensão do contrato de trabalho que se juntam a algumas baixas médicas do foro psiquiátrico, tornando inviável a abertura de algumas lojas a partir do início deste mês, proceder a :

1) Aliciamento, durante a semana finda, de trabalhadores para recuarem na suspensão, com a promessa de pagamento dum salário;
2) Aliciamento de outros para avançarem para a suspensão, ou para a baixa médica, porque "a empresa não tem viabilidade e até Setembro fecha";
3) Comunicação, no final da presente semana (e dos aliciamentos), às chefias locais duma 'lista de nomeados' - 5 por local - aos quais serão pagos um vencimento, não o sendo feito aos restantes...que assim se vêem 'obrigados' a enviar cartas de suspensão.

A situação nesta empresa torna-se, a cada dia que passa e a cada medida que a administração toma, uma tortura psicológica a juntar ao destroçar das vidas dos seus trabalhadores, sem que haja lei, ou algo, que os detenha.

Cpts.,

Lídia Oliveira
Ex- trabalhadora da Moviflor
Ex- Delegada Sindical da loja de Corroios
Ex- Representante dos trabalhadores da Moviflor na Assembleia de Credores.